

Governança da Terra, Exploração de Recursos Naturais e Desenvolvimento sustentável em Moçambique:

Uma perspectiva da Iniciativa Moçambicana para a Promoção da boa Governança (2)

O elevado potencial de Moçambique em recursos minerais, sobretudo, carvão de alta qualidade e em hidrocarbonetos, como o gás, tem sido reconhecido internacionalmente e está a despertar o interesse de investidores de quase todo o mundo. Este período da história do país e do globo é marcado pela crescente procura de matérias primas; busca de fontes de energia; alta de preço de produtos alimentares em particular os cereais; a ocorrência de tumultos sociais como resultado das desigualdades sociais resultantes da distribuição inequitativa da riqueza ao nível nacional e global; o aumento do custo de vida, entre outras questões.

Moçambique tem o privilégio de possuir recursos naturais de prestigiado valor no mercado internacional. Os recursos encontram-se no subsolo do nosso país ou mesmo nas profundas águas que banham a bela costa do Índico. Aliás, é do conhecimento de muitos de nós às outras enormes potencialidades que o país possui, por esta razão, as pessoas estão questionando cada vez mais sobre o que explica a prevalência da pobreza, só para iniciar a discussão. O usufruto dos benefícios resultantes da exploração dos recursos naturais existentes não deve ser

exclusivo de um grupo, seja ele, político, étnico, religioso, económico, cultural ou social. A exploração da terra e dos recursos naturais deve ancorar em princípios e valores como transparência, participação, abertura, equidade, prestação de contas, diálogo, honestidade, responsabilidade e responsividade. Esta situação permitiria de facto a cristalização do espírito de Unidade e afirmação da Soberania Nacional, bem como, a erradicação da pobreza.

É neste contexto que a governação da terra em Moçambique tem merecido atenção nos últimos tempos. A existência da crescente procura por melhores terras para diversos fins têm levantado questões que demonstram as fragilidades institucionais do nosso sistema de administração de terras. O quadro legal da governação de terra até é considerado dos melhores se comparado com o de outros países. Contudo, muitas irregularidades verificam-se no momento da implementação, destacando-se: conflito de interesse; violação das regras que norteiam o consulta pública; a venda informal de DUTs praticados a preços exorbitantes se tivermos em conta o salário mínimo; ineficiência de mecanismos de gestão de conflitos resultantes da exploração de terra; a

expropriação de terras de cultivo das comunidades locais, exacerbado para a mulher, jovens e pobres, que muitas vezes não têm apoio jurídico para defesa de seus direitos e interesses.

A questão da ITIE

A ITIE é uma iniciativa internacional destinada a melhorar a transparência e prestação de contas nos países ricos em recursos extractivos não renováveis (Petróleo, Gás e Minerais). A ITIE não é resposta para tudo e não deve ser considerada como um fim em si, mas sim, como um meio de entre tantos outros que podem ser utilizados para que um país possa explorar seus recursos naturais de forma sustentável e transparente, sem criar condições para emergência de erupções sociais e políticas que podem colocar em causa a estabilidade económica, social e política de um Estado.

De acordo com Namora (2011) do CIP, por um lado, a ITIE Básica, comporta: Empresas revelam pagamentos e Governo revela recebimentos, acompanhado por um órgão tripartido e, por outro lado; ITIE Avançada, comporta a: Concessão de Licenças e Contratos, Regulamento e Monitoria das Operações, Distribuição e Gestão dos Recursos e Implementação de Políti-

cas de Desenvolvimento. Sem deixar de lado, a importância da ITIE Básica, esta reflexão irá se concentrar na segunda componente.

As inquietações das organizações da sociedade civil em relação a exploração de recursos naturais e as demais actividades dos mega-projectos é suscitado pelo facto destes contribuírem muito pouco para o crescimento da economia nacional, dado que a dependência externa do país continua a ser de cerca de 60%, pese embora o país tenha registado um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em cerca de 7,5% nos últimos anos. Tendo a Mozal como exemplo, Castel-Branco destacou que "a economia nacional tem "poros" gigantescos que permitem a saída de capitais que poderiam servir para melhorar o Orçamento do Estado, como são os casos de lucros, juros, capitais, entre outros". Perante esta situação, Nuno Castel-Branco entende que a sociedade civil deve continuar a buscar formas de diálogo com o Governo para que a exploração mineira de carvão que vai acontecer em Moatize e em outros locais da província de Tete, resulte em melhores e maiores ganhos para o país como um todo.

Para Castel-Branco a resistência do executivo

moçambicano em negociar os contratos com os mega-projectos é uma questão de conveniência das elites políticas nacionais, para manter as suas alianças umbilicais com o capital internacional. Por seu turno, o fiscalista norueguês Odd-Helge Fjeldstand, aconselhou também o Governo moçambicano a renegociar os contratos com os mega-projectos, argumentando que "o que mantém os mega-projectos não é a isenção fiscal". Nesta diapasão, também encontram-se o Banco Mundial, FMI, a actual liderança do Banco Moçambique, a sociedade civil e economistas de conhecido mérito internacional que têm defendido que o Governo moçambicano deve renegociar os contratos de modo a tirar maiores vantagens dos mesmos.

Por um lado, a abordagem cautelosa do Governo em relação a renegociação dos contratos é sustentado pelo facto do executivo considerar que a retirada do pacote de incentivos concedidos aos empreendimentos, tal poderia afectar a consistência das políticas económicas adoptadas pelo Governo e retrair a entrada de mais Investimento Directo Estrangeiro de grande dimensão. Por outro lado, na pessoa do Ministro das Finanças, o governo reconheceu aquando do

momento da entrada no parlamento da Proposta de Lei das Parcerias Públicos-Privadas que a contribuição global dos mega-projectos continua baixa. Na altura, o governante alertou aos deputados a olharem para a contribuição dos mega-projectos sob ponto de vista transferência de tecnologias e conhecimento; geração de emprego; criação de infraestruturas; promoção e desenvolvimento de comunitário, entre outras.

Contudo, a experiência tem demonstrado, por exemplo, que em Tete os membros das comunidades locais, tem denunciado a falta de oportunidade de emprego e lamentam o aumento do custo de vida. Em relação a transferência de tecnologias, importa realçar que a exploração de carvão mineral e gás natural, por exemplo, pouco satisfazer as reais demandas locais neste sentido.

Os problemas relacionados com os reassentamentos estão demonstrando que é preciso pensar em melhores estratégias de desenvolvimento local e regional. A respeito das infraestruturas é importante notar a reabertura da linha de Sena, mas é triste ver as condições nas quais os utentes são transportados até chegar a Beira. É caso para dizer muito trabalho pela frente.

ZAMBEZE

Registado sob o n.º 016/GABINFO-DE/2002

Propriedade da NOVOMedia, SARL

Direcção, Redacção Maquetização e Administração:
Rua José Sidumo n.º 64-1, Caixa Postal n.º 599,
telefone: 82 3073450 (PBX)

zambezecomercial@tdm.co.mz

Gestora Administrativa
Arminda Janfar – Telefone: 824699700
(E-mail: armindajanfar.zambeze@yahoo.com.br)

Director

João Chamusse, Tel. 848354554
jchamusse@yahoo.com.br

Editor

Ángelo Mungambe – Telefone:
82 4312890 ou 823058979
(mungambe2@hotmail.com)

Chefe da Redacção

Alvarito de Carvalho – Telefones: 828576380 ou 845349036
(alvaritodecarvalho@yahoo.com.br)

Redacção: Egidio Plácido, Moisés Cuambe e Constantino Novela

● Fotografia: Luis Muianga, Grafismo: Arlindo Navaia e Agostinho Manjate

● Correspondentes: João Carlos Costa e Artur Ferreira (Portugal)

● Revisão: Cipriano Siquela.

Colunistas: Sheikh Aminuddin Mohamad, Randulani, Matsambane Kuphane, Cassamo Lalá e Samuel Matusse ● Expansão: Judite da Costa (828962085) e Adélio Machaie (825780802) ou 823073450 (PBX)
● Publicidade: Esmeralda Amaral 82 4576070 esmelifania2002@yahoo.com.br ou zambezepublicidade@tdm.co.mz. Telefones: 82 3073450 (PBX). Tesouraria: Surain Janfar 845202938 E-mail: surjanjanfar@hotmail.com ● Impressão: CEGRAF, Av. de Angola n.º 2732 – Maputo Moçambique